



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

TENENTE PORTELA

APROVADO	
Por	8 X 0
Sala das Sessões	
14/10/25	
Presidente	
Secretário	

## PROJETO DE LEI DO PODER LEGISLATIVO Nº 03/2025

Institui a obrigatoriedade da apresentação de exame toxicológico para os cargos de: Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, Secretários e funcionários públicos efetivos e comissionados, do Município de Tenente Portela e dá outras providências.

O vereador que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais, propõem a este Colendo Plenário o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** Fica instituída a obrigatoriedade da realização de exame toxicológico para os cargos de: Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, Secretários e funcionários públicos efetivos e comissionados, do Município de Tenente Portela, como requisito prévio para a permanência no exercício das funções.

**§ 1º** A obrigatoriedade prevista no caput também se aplica a todos os que já estiverem no exercício dos respectivos cargos na data da publicação desta Lei, devendo realizarem o exame toxicológico no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

**§ 2º** O não cumprimento da exigência no prazo estipulado ou a confirmação de resultado positivo para substâncias psicoativas, nos termos do art. 2º desta Lei, implicará o afastamento do cargo ou função, com perda de remuneração, até a regularização da situação nos termos do § 2º do art. 2º.

**Art. 2º** O exame toxicológico deverá ser realizado periodicamente, conforme regulamentação, e o resultado deverá ser apresentado no departamento responsável e disponibilizado à população, imediatamente após o ato de posse, como forma de garantir a transparência, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

**Art. 3º** A permanência no cargo estará condicionada à realização de exame toxicológico a cada 6 meses, apto a aferir o consumo de substâncias psicoativas, com janela de detecção mínima de 180 (cento e oitenta) dias.

**§ 1º** Em caso de resultado positivo, o interessado terá direito à realização de contraprova e à garantia de sigilo das informações até a conclusão do segundo exame.

**§ 2º** Caso o resultado positivo seja confirmado, o agente será afastado de suas funções sem percepção de vencimentos, podendo reassumir apenas após comprovar sua plena recuperação por meio de exame toxicológico e laudo médico oficial.

**Art. 4º** A exigência do exame toxicológico não substitui o exame médico admissional, nem dispensa a apresentação de outros documentos exigidos para nomeação.

**Art. 5º** Os exames serão realizados em laboratórios devidamente credenciados, garantindo a confiabilidade dos resultados.





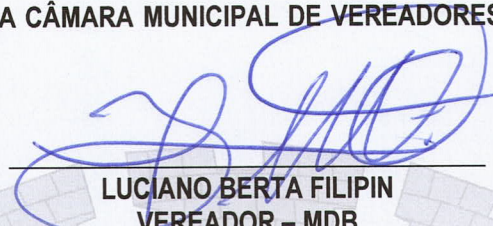
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

TENENTE PORTELA

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**SALA DE SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TENENTE PORTELA**, em  
07 de Abril de 2025.

  
LUCIANO BERTA FILIPIN  
VEREADOR – MDB







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

TENENTE PORTELA

### JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 03/2025

O decoro parlamentar, a moralidade e a transparência são elementos fundamentais para a condução do serviço público. Os agentes políticos e funcionários públicos, enquanto representantes da população, têm o dever de respeitar as leis e, mais do que isso, devem zelar pelo exemplo, garantindo que suas condutas estejam em plena conformidade com os valores da sociedade portelense.

O uso de substâncias ilícitas é um problema social sério, que afeta indivíduos, famílias e instituições públicas e privadas. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela descriminalização do porte de maconha para consumo pessoal, mas o uso e a posse de outras drogas continuam sendo atos ilícitos, incompatíveis com a responsabilidade exigida de um parlamentar.

Atualmente, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Tenente Portela já estabelece que os vereadores devem estar em condições plenas de saúde física e mental para exercerem suas funções. O exame toxicológico periódico surge, portanto, como um mecanismo de transparência e responsabilidade.

A exigência de exames toxicológicos já faz parte da legislação para diversas categorias profissionais, como motoristas de transporte de carga e passageiros, policiais militares e civis, integrantes das Forças Armadas e agentes de segurança pública. Se esses setores, que envolvem grandes responsabilidades, estão sujeitos a esse tipo de controle, é ainda mais justificável que os agentes políticos e funcionários públicos de Tenente Portela também estejam, visto que suas decisões impactam diretamente a vida dos cidadãos.

O exame toxicológico garantirá a aptidão física e mental dos vereadores, sem caráter punitivo, mas sim preventivo e de transparência pública. O projeto prevê contraprova e justificativa médica, evitando interpretações equivocadas em casos de resultados positivos decorrentes do uso de medicamentos.

O Código Civil já estabelece que indivíduos dependentes de substâncias psicoativas podem ser considerados relativamente incapazes para determinados atos jurídicos. Dessa forma, é indispensável que os agentes políticos e funcionários públicos, como autoridades públicas, demonstrem que estão em plenas condições para exercer suas funções, cumprindo as leis e dando exemplo à população.

Essa medida não representa uma restrição de direitos, mas sim um compromisso com a ética e a responsabilidade pública. A Câmara Municipal deve refletir os valores da sociedade que representa, e os parlamentares precisam demonstrar, na prática, que estão à altura da confiança que lhes foi depositada pelos cidadãos.

Dessa forma, conto com o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei.

Câmara de Vereadores de Tenente Portela, 07 de abril de 2025.

LUCIANO BERTA FILIPIN  
Vereador do MDB